



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**EVERTON LUIZ LUCIANO DE OLIVEIRA**

**NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE:** Análise comparativa dos auditores fiscais da Receita Federal e contadores da cidade de Campina Grande PB

**Campina Grande – PB  
2018**

**EVERTON LUIZ LUCIANO DE OLIVEIRA**

**NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE:** Análise comparativa dos auditores fiscais da Receita Federal e contadores da cidade de Campina Grande PB

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresentado ao Departamento do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.  
Área de concentração: Qualidade da informação contábil

Orientadora: Prof. Ma. Janayna Rodrigues de Moraes Luz

**Campina Grande  
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

O48n Oliveira, Everton Luiz Luciano de.

Normas internacionais de contabilidade [manuscrito] : análise comparativa dos auditores fiscais da receita federal e contadores da cidade de Campina Grande - PB / Everton Luiz Luciano de Oliveira. - 2018.

28 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2018.

"Orientação : Profa. Ma. Janayna Rodrigues de Moraes Luz, Coordenação do Curso de Ciências Contábeis - CCSA."

1. Auditoria fiscal . 2. Normas internacionais de contabilidade - IFRS. 3. Contabilidade pública. 4. Receita federal.

21. ed. CDD 657

EVERTON LUIZ LUCIANO DE OLIVEIRA

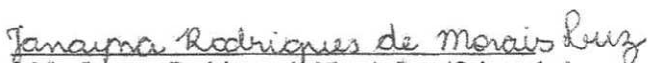
NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE: Análise Comparativa dos auditores  
fiscais da Receita Federal e contadores da cidade de Campina Grande PB

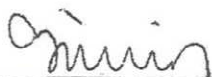
Artigo apresentado ao Departamento de  
Ciências Contábeis da Universidade Estadual  
da Paraíba, como requisito parcial à obtenção  
do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

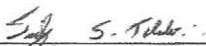
Área de concentração: Qualidade da  
informação contábil

Aprovada em: 06/06/2018.

BANCA EXAMINADORA

  
Prof. Ma. Janayna Rodrigues de Moraes Luz (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. Ma. Vânia Vilma Nunes Teixeira  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

  
Prof. M<sup>c</sup>. Sidney Soares de Toledo  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ao meu Avô Luiz (*in memoriam*), por creditar tanta  
confiança e orgulho em mim, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

A meu avô Luiz Luciano de Oliveira (*in memoriam*), embora fisicamente ausente, esteve sempre em meu coração.

A minha mãe Sarah, as minhas irmãs Bárbara e Bianca, ao meu sobrinho George, aos meus tios Venâncio e Socorro Guedes, pela compreensão por minha ausência e ajuda quando necessário.

A minha noiva Daylane, por depositar em mim uma confiança e amor implacável.

A professora Janayna Rodrigues de Moraes Luz pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Aos professores do Curso de Ciências Contábeis da UEPB, que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

“E eu disse ao homem que estava no portão do ano: “Dá-me uma luz para que eu pise com segurança no desconhecido”. E ele respondeu:

“Saia para a escuridão e coloque a mão na mão de Deus. Isto te será melhor do que a luz, e mais seguro do que o caminho conhecido.”

Minnie Louise Haskins

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>07</b>
<b>2</b>	<b>REFERÊNCIAL TEORICO.....</b>	<b>09</b>
2.1	O processo de normatização contábil.....	09
2.2	A implementação das IFRS no Brasil.....	10
2.3	Auditoria fiscal, IFRS e as PMEs.....	11
2.4	Qualidade das informações contábeis.....	12
2.5	Estudos correlatos.....	12
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>13</b>
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>15</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERALÇÕES FINAIS.....</b>	<b>21</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>22</b>
	<b>APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AUDITORES.....</b>	<b>24</b>
	<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CONTADORES....</b>	<b>25</b>



## NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE: Análise comparativa dos auditores fiscais da Receita Federal e contadores da cidade de Campina Grande-PB

Everton Luiz Luciano de Oliveira \*

### RESUMO

Este estudo buscou investigar qual a percepção dos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil (RFB) e dos contadores/ docentes da cidade de Campina Grande-PB no que diz respeito a qualidade das informações contábeis após adoção das IFRS\* no Brasil. A opção metodológica selecionada para a execução do objetivo proposto foi uma pesquisa *survey*, realizada na forma da aplicação de questionários estruturados para os auditores fiscais e profissionais contábeis. Para a elaboração do questionário utilizou-se as seguintes pesquisas: Carvalho et al. (2012), Martins e Paulo (2013), Cruz et al. (2014), Espejo et al. (2010) e Martinez (2001). Dentre os principais resultados, (71%) dos auditores fiscais e contadores/ docentes afirmam não estarem aptos para tomarem decisões relativas ao *fair Value* (valor justo). Os auditores fiscais (43%) e contadores/ docentes (57%) concordam ainda que existe uma limitação conceitual no entendimento, aplicação e aceitação das IFRS. Os dados da pesquisa também evidenciaram que se tratando da subavaliação de estoques, os auditores fiscais (71%) e contadores/ docentes (57%), afirmam ser uma prática muito recorrente. Além disso (50%) dos entrevistados denotaram que as IFRS exigiram maior grau de subjetivismo responsável, não sendo está uma prática executada como de fato deveria ser. Quanto ao gerenciamento de resultado os auditores fiscais (57%) e contadores/ docentes (43%) concordam que o reconhecimento elevado de provisões é uma prática recorrente. Questionados ainda sobre as práticas de fraudes contábeis os auditores fiscais (71%) e contadores/ docentes (43%) afirmam que a evidenciação de operações financeiras irregulares (empréstimos) é uma prática muito recorrente entre as empresas.

**Palavras-Chave:** Auditoria fiscal. Normas internacionais de contabilidade. Contabilidade pública. Receita federal

### 1 INTRODUÇÃO

A aprovação da Lei 11.638.07 inseriu no Brasil o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, enfatizando que as normas fiscais sejam utilizadas apenas para a produção de informações fiscais enquanto que as contábeis sirvam de fundamento para elaboração das demonstrações contábeis (LIMA, 2013), o que não ocorre na prática nas maiorias das pequenas e médias empresas (PMEs) brasileiras.

---

\* Aluno de Graduação em Ciências Contábeis na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.  
E-mail: [evertluiz.oliveira@gmail.com.br](mailto:evertluiz.oliveira@gmail.com.br)

\* International Financial Reporting Standards: Normas internacionais de contabilidade

Estudos de Reina, Reina e Silva (2014), afirmam que a contabilidade após a adoção das IFRS, tem como desafio melhorar a comparabilidade das informações apresentadas. Neste sentido as empresas devem efetuar melhor a divulgação em seus demonstrativos financeiros, contribuindo para maior transparência e qualidade da informacional.

Lemes e Carvalho (2010), reiteram a necessidade da classe contábil brasileira de acompanhar, aplicar, e contribuir com o processo de convergência das normas brasileiras às IFRS, considerando as mudanças significativas promovidas pelo IASB\* durante o ano de 2003, publicadas principalmente no início de 2004.

A relevância deste estudo se dá por apresentar uma contribuição para o campo de pesquisa sobre qualidade da informação contábil após a adoção dos padrões internacionais de contabilidade. Para Carvalho et al. (2014), a convergência estimula nos profissionais contábeis mudanças nas interpretações e na aplicação dos princípios abordados pelas IFRS.

A fim de investigar questões relacionadas à auditoria fiscal, alguns pesquisadores têm observado os desafios, procedimentos e limitações por meio da análise da percepção dos auditores fiscais frente às normas internacionais de contabilidade (LIMA, 2013).

Os achados de Carvalho et al. (2014), apontaram que a maioria dos auditores independentes afirmou que os profissionais de contabilidade não estão aptos a tomarem decisões relativas à imparidade nos ativos, vida útil de imobilizado e intangíveis e relativas aos demais itens constantes nas normas. Os dados deste estudo revelaram também que o processo de convergência aumentou 95,5% as situações de conflitos entre auditores e contadores, causada pela falta de atualização por parte de alguns profissionais contábeis.

Diante disso, a presente pesquisa busca investigar **qual a percepção dos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil e dos contadores/ docentes da cidade de Campina Grande-PB, no que diz respeito à qualidade das informações contábeis após adoção das IFRS no Brasil?**

Neste sentido o objetivo geral deste estudo é analisar a percepção dos auditores fiscais da RFB e docentes que exercem a prática contábil na cidade de Campina Grande-PB, no que diz respeito a qualidade das informações contábeis após adoção das novas normas. Para chegar a um resultado satisfatório esta pesquisa teve como objetivos específicos: (I) Identificar os principais efeitos da normatização da contabilidade brasileira às IFRS; (II) Conhecer o nível de conhecimento profissional acerca das IFRS alinhada a qualidade da

---

\* International Accounting Standards Board: Conselho de especialistas responsável por criar e desenvolver um único conjunto de normas contábeis de alta qualidade, compreensíveis, executáveis e globalmente aceitas.

informação contábil; (III) Evidenciar as práticas de gerenciamento de resultado e fraudes contábeis conforme a literatura analisada.

Este estudo está estruturado em cinco seções, além desta introdução, será apresentada o referencial teórico abordando finanças comportamentais, tomadas de decisões e psicologia cognitiva. Além disso, serão apresentados os aspectos metodológicos, a análise dos resultados e o desfecho com as considerações finais do conteúdo abordado. Expondo os principais resultados da pesquisa e indicações de futuros estudos. Por conseguinte, é apresentado as referências e no apêndice seguem os modelos dos dois questionários aplicados neste estudo.

## **2 REFERÊNCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O processo de normatização contábil**

O processo de globalização exigiu dos profissionais da contabilidade um esforço perspicaz e notável. Para Niyama (2013), a existência de práticas contábeis distintas tem sido um problema para uma melhor compreensão e comparabilidade das informações de natureza econômico-financeira. Diante disto surge a figura do IASB, órgão que normatiza a contabilidade no mundo através dos relatórios denominados de IFRS, fixando normas para que haja melhor entendimento nas informações geradas pelos contadores em qualquer que seja o país de origem da empresa.

Iudícibus e Marion (2002), conceituam que o atual cenário econômico em que as empresas estão inseridas representa desafios e oportunidades de desenvolvimento tanto para o conhecimento contábil como para os contadores, sendo uma tendência para a evolução da contabilidade a harmonização dos princípios contábeis diante dos mercados internacionalizados.

Para Villela (2007), harmonização contábil é o processo que busca um acordo entre os padrões contábeis internacionais mediante um conjunto comum de princípios preservando as particularidades de cada país. Atualmente tal processo também é conhecido pelo termo convergência.

Niyama e Silva (2007), afirmam que a contabilidade é considerada a linguagem dos negócios e diante dos mercados globais é utilizada como ferramenta no processo de tomada de decisões em nível internacional. Iudícibus et al. (2010) preceituam que para existir uma evolução são necessárias mudanças e que o mesmo ocorre na contabilidade, tendo a

convergência às normas internacionais sido considerada a maior evolução da ciência contábil dos últimos anos.

## 2.2 A implementação das IFRS no Brasil

As leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, que alteram a lei nº 6.404/1976 (Lei das sociedades por ações), criaram as condições necessárias para que no Brasil pudesse participar definitivamente do processo mundial de convergência das normas e práticas contábeis internacionais. A resolução nº 1.159/2009, do conselho federal de contabilidade estende esta prática as demais sociedades empresariais e entidades (PADOVEZE, BENEDICTO e LEITE 2017).

No entanto, os estudos de Carvalho et al. (2014), verificaram uma limitação conceitual no entendimento, aceitação e aplicação das IFRS pelo fato do Brasil possuir um sistema *Code Law* que segundo Niyama (2013), é baseado no direito romano, conhecido por uma visão legalista, onde tudo tem que estar previsto em lei, dificultando a convergência pois as normas internacionais são baseadas em princípios ou seja no sistema *Common Law*, que é de origem inglesa tendo como predominância um direito baseado em usos e costumes, fazendo com o que a contabilidade brasileira não obedeça a primazia da essência econômica sobre a forma jurídica. Tal processo torna a informação contábil mais útil para seus usuários, sejam eles, investidores, governos, pesquisadores ou sociedade.

Em relação às modificações ocorridas no processo brasileiro de convergências às IFRS:

Quadro 1. Mudanças com as normas dos IFRS

Mudanças	Evento	Reconhecimento
Valor presente líquido	Valor esperado de recuperação pelo uso desse ativo é menor ao valor contábil	Perda de valor recuperável
Ativo intangível	Processo de combinação de negócios	<i>Goodwill</i> (marcas e listas de clientes)
	Despesas com pesquisa	Despesa
	Gastos da fase de desenvolvimento	Ativo intangível (comprovada à viabilidade técnica, comercial e financeira da empresa para concluir o projeto e probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros para a empresa).
Ajuste ao valor presente	Aplicado em itens patrimoniais de longo prazo ou de curto prazo (relevante)	Ativos e passivos (registrado a valor à vista) Receita e despesa (diferença do valor da operação)
Passivo	Obrigação presente	Desembolso provável
	Obrigação possível	Contingentes (não reconhecido e evidenciado em NE)

	Realização Remota	(não reconhecido e nem evidenciado em NE).
Tributos sobre o lucro	O imposto de renda e a contribuição social diferida	Ativos e passivos que geram tais efeitos
Receitas de subvenções governamentais	Subvenções governamentais (era reconhecida no PL)	Reconhecimento de subvenção como receita.
Receitas imobiliário setor	Deve ser considerada a essência das transações do mercado imobiliário brasileiro	Reconhecimento da receita com base no estágio de execução obra, após a conclusão da negociação entre comprador e vendedor, e conforme o respectivo contrato.
Despesas	Benefícios a empregados	Reconhecido quando o serviço é prestado. Ex: planos de benefícios pós-emprego (contribuição ou benefício definido).

Fonte: Adaptado do artigo de Antunes et al. (2012).

Viana e Sousa (2012), entendem que é de muita relevância e necessário que todas as empresas aos poucos efetuem sua conversão às normas internacionais de contabilidade junto com toda a nação, para que mudem a economia e facilitem as negociações interpaisés.

### 2.3 Auditoria fiscal, IFRS e as PMEs

De acordo com Santos (2010), a auditoria tributária tem uma função extremamente nobre, que é a de atuar como agente preventivo e inibidor contra fraudes, além de verificar a correta apuração dos lucros tributários. Ao realizar os trabalhos, o auditor deve estar atento para a possibilidade de fraudes e/ou atividades ilegais nos registros objeto de análise que podem pôr em risco a “saúde tributária” da empresa.

O pronunciamento técnico PME define como médias e pequenas empresas aquelas que não têm obrigação pública de prestação de contas e elaboram demonstrações contábeis para fins gerais para usuários externos, incluindo proprietários que não estão na administração do negócio, credores existentes e potenciais e agências de avaliação de crédito (CPC - PME, 2009).

Santos e Veiga (2014), dizem que as pequenas e médias empresas na maioria das vezes produzem demonstrações contábeis apenas para o uso de autoridades fiscais. O que acaba contraponto a pronunciamento já citado, que destaca os relatórios financeiros produzidos apenas para esses propósitos não são, necessariamente, demonstrações contábeis para fins gerais.

Para Iudícibus (2000) o objetivo principal da contabilidade é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança, o que é a base das normas internacionais de contabilidade. Além

disso, Niyama (2013), elenca pontos discutíveis sobre a adoção as IFRS no Brasil que, por possuir uma legislação muito forte que interfere no registro dos fatos contábeis como por exemplo: gastos com pesquisa e desenvolvimento, reavaliação de ativos, uso do UEPS (último que entra, primeiro a sair) para avaliação dos estoques, tratamento do arrendamento mercantil, *goodwill*, derivativos e instrumentos financeiros, o que conseqüentemente afeta a elaboração das demonstrações contábeis para fins gerais.

#### **2.4 Qualidade das informações contábeis**

As inovações trazidas com a nova lei também causaram muita inquietação, especialmente para os contadores, gestores, auditores e para o mercado de capitais, importante usuário da informação contábil divulgada. Pode-se afirmar que as mudanças introduzidas buscam aprimorar a qualidade da informação contábil, tendo como foco principal a sua utilidade para o usuário; melhorias visando aprimorar a compreensibilidade, a relevância, a confiabilidade e a comparabilidade dos elementos divulgados, que são as características qualitativas da informação contábil e que as tornam úteis. (ANTUNES et al. (2012).

Para cumprir com seu principal objetivo, a contabilidade necessita segundo Paulo (2007), prestar informações úteis sobre as entidades aos seus diversos usuários, visto que parte é direcionada ao público externo. Essa informação contábil deve atender a um conjunto de dimensões nas quais destacam (DECHOW; SCHRAND, 2004; GIROUX, 2004; BURGSTAHLER *et al*, 2006) a Persistência, o Conservadorismo e o Gerenciamento de resultados. Paulo (2007), acrescenta ainda que se deve considerar a existência de outras dimensões (atributos) da qualidade informacional, como por exemplo, a Transparência e o Nível de *Disclosure*.

#### **2.5 Estudos correlatos**

Os estudos realizados por Carvalho et al. (2014), afirmam que os contadores necessitam de atualização quanto aos conceitos provindos das normas internacionais de contabilidade ou desconhecem tal assunto. Os resultados deste estudo pontuam que a “RFB deve se inteirar mais dos conceitos provindos das normas internacionais”; e “que a Receita federal está sendo conservadora perante o processo de convergência”.

Outro estudo analisado foi o de Cruz et al. (2014), que procurou evidenciar a percepção dos contadores sobre seus conhecimentos às mudanças nas normas contábeis.

Dentre os principais achados, destacou-se que “63% dos contadores sentem-se razoavelmente atualizados referentes ao conhecimento sobre as alterações trazidas pelas normas”. No entanto, este mesmo estudo mostrou que “mais de 50% dos entrevistados não estão aptos a realizarem o teste de imparidade em ativos”, “não se consideram aptos a tomar decisões referente à taxa para ajuste a valor presente” ou “decisões referentes à determinação da vida útil de imobilizados e intangíveis”, que são as alterações trazidas pela nova normatização.

Neste sentido, os estudos de Lima et al. (2013), buscaram verificar a percepção de auditores independentes em relação às limitações dos profissionais contábeis das empresas auditadas no que concerne à adoção das normas internacionais de Contabilidade. Este estudo mostrou que “houve aumento de 95,5% em relação ao número de situações de conflitos entre auditores independentes e contadores”. Esta pesquisa também evidenciou que “na qualidade das informações contidas nas demonstrações contábeis apresentadas aos auditores houve pouquíssima melhora” o que levaram os auditores a concluir que “os profissionais contadores não estão aptos a tomarem decisões relativas às alterações trazidas pelas IFRS”.

Iudícibus e Oliveira (2003), afirmam que é forte a percepção do mercado de que as demonstrações contábeis não representam a realidade da estrutura contábil e financeira das organizações. Pesquisa realizada por Szüster (2005), buscou efetuar uma re-exatidão sobre os atuais desafios encontrados pelos profissionais da contabilidade do Brasil para evidenciar uma Demonstração Contábil que retrate a realidade das empresas e denotou que os “existe uma dificuldade no exercício da profissão contábil onde a atuação do contador deve ser sempre pautada na Ética e responsabilidade”, procurando agregar valor por meio do aumento da qualidade da informação.

### **3 METODOLOGIA**

Caracterizado como um estudo bibliográfico e descritivo que de acordo com Gonalves (2007), ocorre pela identificação e análise dos dados escritos em livros, artigos de revistas, dentre outros. Segundo Raupp e Beuren (2003), estas fontes servem como material referencial para a construção de estudo do tema. Quanto aos objetivos este estudo classifica-se como descritivo que conforme Gil (2002), denota que esse procedimento procura verificar as opiniões e atitudes de determinada população, bem como descrever as características de um grupo ou fenômeno.

Em relação à natureza da pesquisa, é considerada como exploratória pelo fato de ter uma coleta de dados padronizada, buscando entender a relação entre as variáveis que são

estudadas. Gil (1999), considera que a pesquisa exploratória tem como objetivo principal desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias.

Como instrumento de coleta de dados foi aplicado um questionário com intuito de atender os objetivos específicos deste estudo. Que conforme define Marconi e Lakatos (2003), consistem em um conjunto de perguntas a serem respondidas por escrito sem a presença do entrevistador. O questionário foi composto por 31 questões, com alternativas elaboradas de acordo com a literatura estudada onde todas as indagações são objetivas tendo sido dividida em seis partes (QUADRO 2). Foram elaborados dois questionários (apêndice): um para aplicabilidade com os auditores e o outro para aplicabilidade dos docentes que exercem a prática de contabilidade.

Quadro 2 – Construção do questionário

<b>Construto do questionário</b>	<b>Variáveis investigadas</b>
Pate I – Caracterização do respondente.	Gênero; faixa etária; formação acadêmica e tempo de atuação no mercado de trabalho.
Parte II – Processo de convergência às IFRS.	Principais efeitos para o respondente na implantação das normas internacionais: prática, capacitação, julgamento (subjativismo responsável). (CRUZ et al., 2014); (ESPEJO et al., 2010)
Parte III – Qualidade da informação contábil.	Melhoria na qualidade da informação (MARTINS e PAULO, 2013); Conceitos, entendimento e aplicação das IFRS (CARVALHO et al. 2014); Primazia da essência econômica sobre a forma jurídica (CARVALHO et al. 2014)
Parte IV – Nível de conhecimento sobre os pronunciamentos contábeis do CPC.	CPCs: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil- Financeiro Conceitual (CPC-00), Ativo Intangível (CPC-04), Ajuste a Valor Presente (CPC-12), Estoques (CPC-16), Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC-25), Ativo Imobilizado (CPC-27), Mensuração do Valor Justo (CPC-4)
Parte V – Gerenciamento de resultados	Reconhecimento muito elevado de provisões; aceleração das despesas com depreciação contábil; reconhecimento de receitas apenas quando da cobrança; receber e não efetuar a entrega do produto; antecipar (documentalmente) a data da realização das vendas (MARTINEZ, 2001).
Parte VI – Fraudes contábeis	Escrituração de vendas míticas; subavaliação de estoques; superavaliação de despesas; defraudação de faturas ou papéis contábeis; operações financeiras irregulares (empréstimos); evidenciação de pagamentos astuciosos ou fabulosos (MARTINEZ, 2001).

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Amostra da pesquisa foram os auditores fiscais da RFB bem como os contadores que são docentes da Universidade Estadual da Paraíba e da Faculdade de Campina Grande-FAC, Campina Grande PB do curso de Ciências Contábeis. Os acessos aos sujeitos desta pesquisa foram por meio da amostra não probabilística por conveniência que segundo Beuren (2009) quando existe a possibilidade de coletar amostra de dois sujeitos representativos da profissão



(auditores da receita federal e docentes que exercem a prática contábil). Neste caso os sujeitos representam de alguma forma o universo populacional.

Por meio de um relatório pelo sistema de acesso a informação enviada para agência da RFB delegacia de Campina Grande/PB foi possível identificar a quantidade de auditores fiscais. Foram identificados oito auditores sendo, que o supervisor do setor, não exercendo mais a atividade não participou da pesquisa. Neste sentido dos setes auditores fiscais todos responderam o questionário.

Em relação aos docentes que exercem a prática de contabilidade, foram aplicados 7 questionários nas duas instituições de ensino superior: 5(cinco) na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e 2(dois) da Faculdade de Campina Grande-FAC (UNESC) em Campina Grande/PB. A escolha da aplicabilidade do questionário somente com os docentes que exercem a prática contábil, acredita-se que, estes sujeitos da pesquisa estão bem familiarizados com o tema deste estudo: IFRS no Brasil. Para corroborar com esta afirmação, Salotti et al.(2015) afirmam que, no novo paradigma contábil professores e educadores devem preparar profissionais dotados de pensamento crítico para interpretar normas, emitir julgamentos sobre transações e eventos econômicos de modo produzir informações contábeis de qualidade úteis para os agentes do mercado.

Importante destacar que dois questionários, enviados por e-mail para docentes (contadores), não compôs o banco de dados, pois não foram recebidos no momento da tabulação destes dados.

Após o processo de coleta dos dados, estes foram objetos de análise quantitativa, por meio de estatística descritiva. As informações foram tabuladas com o suporte do *software* de tratamento estatístico de dados IBM SPSS “*Statistical Package for the Social Sciences*” v. 20, e depois realizada a análise de resultados.

#### **4. APRESENTAÇÃO DOS DADOS**

Os achados das respostas conforme aplicação dos questionários são apresentados os resultados das questões relativas à qualidade da informação contábil sob a ótica da aplicabilidade das normas internacionais (IFRS) tanto para os auditores como para os docentes/contadores.

Quanto ao gênero dos auditores, 71% é do sexo masculino e apenas 29% do sexo feminino, com relação aos contadores/professores, 57% são homens e 43% são mulheres. No que diz respeito à idade, constatou-se que 86% (auditores) e 71% (contadores) estão na faixa

de 39 a 49 anos. 71% dos respondentes (auditores e contadores) possuem especialização e 14% (auditores) e 29% (contadores) possuem mestrado nas áreas de contabilidade e administração (TABELA, 1).

Quanto à formação, os auditores 43% são contadores e 100% dos docentes/contadores tem a formação em ciências contábeis. No que diz respeito ao tempo de atuação a maioria dos auditores (71%) estão entre 11 a 15 anos de tempo de atuação. No caso, dos docentes/contadores 57% estão atuando na área de contabilidade mais de 16 anos.

**Tabela 1 – Perfil dos auditores e contadores**

VARIÁVEIS	AUDITORES		CONTADORES		
	Frequência	%	Frequência	%	
SEXO	Feminino	2	29	3	43
	Masculino	5	71	4	57
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
IDADE	18 a 28 anos	1	14	2	29
	39 a 49 anos	6	86	5	71
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
INSTRUÇÃO	Graduação	1	14	0	0
	Especialização	5	71	5	71
	Mestrado	1	14	2	29
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
FORMAÇÃO	Contábeis	3	43	7	100
	Não contábeis	4	57	0	0
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
TEMPO	1 à 5 anos	0	0	1	14
	11 à 15 anos	5	71	2	29
	Mais de 16 anos	2	29	4	57
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Na tabela 2, 43% dos auditores e contadores admitem que o processo de convergência tenha afetado a sua rotina de trabalho, no entanto, 57% dos auditores e 29% dos contadores denotaram que a adoção das IFRS não estimulou a motivação em atualizar-se como profissional. A respeito das responsabilidades trazidas com as normas internacionais de contabilidade, 43% dos auditores e 57% dos contadores afirmaram que as normas exigiram maior grau de subjetivismo responsável no julgamento dos itens patrimoniais e financeiros dos eventos contábeis.

Os auditores com 71% de assertivas responderam que houve um aumento nas punições, no entanto, os contadores desconhecem (43%) ou concordam em parte (29%) com esta afirmação. Outro resultado encontrado na pesquisa é que 57% dos auditores e 71% dos

contadores acreditam que a demanda de trabalho influencia de forma negativa na qualidade das informações.

**Tabela 2** – Principais efeitos da normatização da contabilidade brasileira às IFRS

VARIÁVEIS		AUDITORES		CONTADORES	
		Frequência	%	Frequência	%
O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA AFETOU SUA ROTINA	Discordo	3	43	0	0
	Concordo	3	43	3	43
	Parcialmente	1	14	3	43
	Desconheço do assunto	0	0	1	14
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
ESTIMULOU SUA MOTIVAÇÃO	Discordo	4	57	2	29
	Concordo	2	29	2	29
	Parcialmente	1	14	2	29
	Desconheço do assunto	0	0	1	14
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
EXIGIU MAIOR GRAU DE SUBJETIVISMO RESPONSÁVEL	Concordo	3	43	4	57
	Parcialmente	2	29	1	14
	Desconheço do assunto	2	29	2	29
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
VERIFICOU AUMENTO NAS PUNIÇÕES	Concordo	5	71	2	29
	Parcialmente	2	29	2	29
	Desconheço do assunto	0	0	3	43
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
A DEMANDA DE TRABALHO INFLUENCIA NEGATIVAMENTE	Concordo	4	57	5	71
	Parcialmente	3	43	2	29
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Em relação aos dados da tabela 3 verifica-se que 43% (auditores) e 71% (contadores) que responderam à pesquisa, afirmaram que houve uma melhora na qualidade das informações contábeis, não obstante, 43% dos auditores e 57% contadores denotaram que existe uma limitação conceitual no entendimento, aplicação e aceitação das novas normas. Além disso, o estudo mostrou que apenas 71% e 57% (auditores e contadores) não concordam que as práticas contábeis estão obedecendo à primazia da essência econômica sobre a forma jurídica. Outro resultado relevante é que, 57% dos auditores e 71% dos contadores concordam totalmente que a especialização do profissional gera ganhos a qualidade da informação contábil (TABELA, 3).

**Tabela 3** – Quanto qualidade da informação contábil

VARIÁVEIS		AUDITORES		CONTADORES	
		Frequência	%	Frequência	%
MELHOROU A QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	Discordo	2	29	1	14
	Concordo	3	43	5	71

	Parcialmente	2	29	0	0
	Desconheço do assunto	0	0	1	14
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
EXISTE UMA LIMITAÇÃO CONCEITUAL NO ENTENDIMENTO, APLICAÇÃO E ACEITAÇÃO DAS IFRS	Discordo	1	14	0	0
	Concordo	3	43	4	57
	Parcialmente	2	29	3	43
	Desconheço do assunto	1	14	0	0
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ESTÃO OBEDECENDO A PRIMAZIA DA ESSÊNCIA ECONOMICA SOBRE A FORMA JURÍDICA	Discordo	5	71	4	57
	Concordo	1	14	0	0
	Parcialmente	1	14	3	43
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
A ESPECIALIZAÇÃO DO PROFISSIONAL PROPORCIONA GANHOS A QUALIDADE INFORMACIONAL CONTÁBIL	Discordo	0	0	1	14
	Concordo	4	57	5	71
	Parcialmente	3	43	1	14
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Em relação ao nível de conhecimento profissional sobre as IFRS (TABELA 4), houve constatação de que 100% dos auditores tem conhecimento sobre o assunto e 43% dos contadores dominam o CPC 00 – Estrutura conceitual para elaboração e divulgação do relatório contábil-financeiro. Outro dado relevante é que apenas 14% dos auditores (um auditor) tem conhecimento a respeito do CPC 04 (R1) – Ativo intangível, e 71% dos contadores tem conhecimento sobre este pronunciamento. Quanto ajuste a valor presente 71% dos auditores não conhecem sobre essa norma e contadores conhecem muito pouco.

Em relação aos estoques, 71% dos auditores dominam do assunto e 57% dos contadores compreendem a norma do CPC 16 (R1); 57% dos respondentes (auditores e contadores) conhecem sobre o CPC 25; 57% (auditores) e 86% (contadores) têm o entendimento sobre a norma do ativo imobilizado e muito pouco dos respondentes conhece sobre mensuração do valor justo (43% e 86% auditores e contadores respectivamente). (TABELA 4).

**Tabela 4** – Nível de conhecimento profissional acerca das IFRS

VARIÁVEIS	AUDITORES		CONTADORES		
	Frequência	%	Frequência	%	
CPC 00 (T1) - ESTRUTURA CONCEITUAL	Conheço muito pouco	0	0	2	29
	Conheço	7	100	2	29
	Domino	0	0	3	43
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
CPC 04 (R1) - ATIVO INTANGÍVEL	Não conheço	3	43	0	0
	Conheço muito pouco	3	43	2	29
	Conheço	1	14	5	71
	Domino	0	0	0	0
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>

CPC 12 - AJUSTE A VALOR PRESENTE	Não conheço	5	71	0	0
	Conheço muito pouco	2	29	5	71
	Conheço	0	0	2	29
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
CPC 16 (R1) - ESTOQUES	Conheço muito pouco	0	0	3	43
	Conheço	2	29	4	57
	Domino	5	71	0	0
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
CPC 25 - PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	Não conheço	1	14	0	0
	Conheço muito pouco	2	29	3	43
	Conheço	4	57	4	57
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
CPC 27 - ATIVO IMOBILIZADO	Não conheço	0	0	0	0
	Conheço muito pouco	2	29	1	14
	Conheço	4	57	6	86
	Domino	1	14	0	0
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	
CPC 46 - MENSURAÇÃO DO VALOR JUSTO	Não conheço	3	43	0	0
	Conheço muito pouco	3	43	6	86
	Conheço	1	14	1	14
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Na tabela 5, quanto ao reconhecimento elevado de provisões 57% e 47% (auditores e contadores respectivamente concordam que é comum este evento). A respeito da aceleração de despesas com depreciação, 57% dos auditores analisam que é uma prática pouco recorrente. Com relação aos contadores, 43% afirmam que é recorrente esta prática.

Sobre o reconhecimento de receitas apenas quando da cobrança, 43% dos auditores dizem ser uma prática recorrente e com 43% pouco recorrente por parte dos contadores. Sobre as práticas de receber e não efetuar a entrega do produto, 71% e 43% dos respondentes (auditores e contadores) responderam que são práticas muito recorrente e recorrente. Em relação antecipação de documentos na data da realização das vendas, 72% dos auditores afirmam ser recorrente e muito recorrente e por parte dos contadores (67%).

**Tabela 5** – Práticas de gerenciamento de resultados

VARIÁVEIS	AUDITORES		CONTADORES		
	Frequência	%	Frequência	%	
RECONHECIMENTO ELEVADO DE PROVISÕES	Pouco recorrente	0	0	2	29
	Recorrente	4	57	3	43
	Muito recorrente	3	43	2	29
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
ACELERAÇÃO DE DESPESAS COM DEPRECIÇÃO	Não recorrente	2	29	1	14
	Pouco recorrente	4	57	4	57
	Recorrente	1	14	1	14
	Muito recorrente	0	0	1	14

	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
	Não recorrente	0	0	1	14
RECONHECIMENTO DE RECEITAS APENAS QUANDO DA COBRANÇA	Pouco recorrente	2	29	3	43
	Recorrente	3	43	1	14
	Muito recorrente	2	29	2	29
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
	Não recorrente	1	14	3	43
RECEBER E NÃO EFETUAR A ENTREGA DO PRODUTO	Pouco recorrente	1	14	1	14
	Recorrente	4	57	2	29
	Muito recorrente	1	14	1	14
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
	Não recorrente	0	0	1	14
ANTECIPAR DOCUMENTALMENTE A DATA DA REALIZAÇÃO DAS VENDAS	Pouco recorrente	2	29	2	29
	Recorrente	3	43	1	14
	Muito recorrente	2	29	3	43
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Sobre a escrituração de vendas míticas, 86% dos auditores e 58% dos contadores percebem que é uma prática muito e/ou recorrente nas escriturações contábeis. Tratando-se da subavaliação de estoques, 71% dos auditores fiscais denotam que essa ação é muito recorrente. Corroborando com esta afirmação, 57% dos contadores admitem que esta é uma prática frequentemente evidenciada.

Em análise dos itens de superavaliação de despesas, 86% dos auditores notaram que há uma prática muito recorrente e 57% dos profissionais contadores também afirmam isto. Quanto a defraudações de faturas ou papéis contábeis 86% (auditores) e 71% (contadores) pontuam ser recorrente e muito recorrente este evento.

A respeito das operações financeiras irregulares (empréstimos) 100% dos respondentes percebem que é muito e/ou recorrente estas práticas. Em relação aos pagamentos enganosos foram 100% dos auditores e 72% dos contadores como evento recorrente e muito recorrente.

**Tabela 6 – Práticas de fraude contábil**

VARIÁVEIS	AUDITORES		CONTADORES		
	Frequência	%	Frequência	%	
ESCRITURAÇÃO DE VENDAS MÍTICAS	Pouco recorrente	1	14	3	43
	Recorrente	3	43	2	29
	Muito recorrente	3	43	2	29
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
SUBAVALIAÇÃO DE ESTOQUES	Pouco recorrente	0	0	1	14
	Recorrente	2	29	2	29
	Muito recorrente	5	71	4	57
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
SUPERAVALIAÇÃO DE	Pouco recorrente	0	0	1	14

DESPESAS	Recorrente	1	14	2	29
	Muito recorrente	6	86	4	57
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
DEFRAUDAÇÕES DE FATURAS OU PAPÉIS CONTÁBEIS	Pouco recorrente	1	14	2	29
	Recorrente	4	57	1	14
	Muito recorrente	2	29	4	57
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	
OPERAÇÕES FINANCEIRAS IRREGULARES (EMPRÉSTIMOS)	Recorrente	2	29	4	57
	Muito recorrente	5	71	3	43
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>
EVIDENCIAÇÃO DE PAGAMENTOS ASTUCIOSOS OU ENGANOSOS	Não recorrente	0	0	1	14
	Pouco recorrente	0	0	1	14
	Recorrente	3	43	2	29
	Muito recorrente	4	57	3	43
	<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>100</b>	<b>7</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou evidenciar a percepção dos auditores fiscais da RFB-Delegacia de Campina Grande/PB e dos contadores/docentes em relação qualidade das informações contábeis após adoção IFRS.

Com relação ao perfil dos entrevistados, os principais resultados da pesquisa foram que metade dos auditores fiscais possui formação na área de ciências contábeis. No que diz respeito ao tempo de atuação, a maioria dos auditores está entre 11 a 15 anos, e os contadores com mais de 16 anos na atividade profissional. Os respondentes (auditores/contadores) são na maioria especialistas.

Quanto à opinião dos entrevistados em relação os principais efeitos da normatização da contabilidade brasileira às IFRS, em relação às punições, as informações divergem, sendo que este assunto é desconhecido por alguns contadores. Concordância geral de que normas exigiram maior grau de subjetivismo responsável no julgamento dos itens patrimoniais e financeiros dos eventos contábeis e os auditores denotaram que a adoção das IFRS não estimulou a motivação em atualizar-se como profissional.

Quanto ao conhecimento acerca das normas das IFRS, as mais identificadas pelos respondentes foram: estrutura conceitual (CPC 00), estoque (CPC 14) e imobilizado (CPC 27). Normas menos compreendidas foram: ativo intangível (CPC 04) por parte dos auditores e valor justo de maneira geral por todos os sujeitos da pesquisa.

Acerca do conhecimento dos auditores e contadores sobre a qualidade da informação contábil, ficou evidenciado que existe uma limitação conceitual no entendimento, aceitação e

aplicação das IFRS e que as práticas contábeis não estão obedecendo à primazia da essência econômica sobre a forma jurídica, sendo um dos pilares das alterações trazidas pela nova normatização.

Por conseguinte, os achados do estudo sobre gerenciamento de resultado pontuaram que, a maioria das variáveis foi recorrente pelos auditores e contadores tais como: reconhecimento elevado de provisões, receber e não efetuar a entrega do produto, antecipar documentalmente a data da realização das vendas.

No que concerne às fraudes contábeis estes resultados foram unânimes pelos respondentes (100%), sendo muito recorrente todas variáveis investigadas, com destaque maior para: subavaliação de estoques e operações financeiras irregulares, principalmente pela opinião dos auditores.

A principal contribuição do estudo trata-se no amplo debate entre academia e a prática contábil no que diz respeito ao novo ordenamento jurídico sobre a lei societária, bem como os desafios concernentes aos aspectos conceituais e práticos advindas com as normas das IFRS.

Esta pesquisa tem como limitação o uso de amostra intencional não probabilística. Desse modo, sugere-se que futuros trabalhos ampliem a amostra a um nível estadual, a fim de evidenciar a percepção de auditores fiscais da receita federal do Brasil e dos contadores a cerca da qualidade da informação contábil.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS: Comparative analysis of tax auditors of the Internal Revenue Service and counters of the city of Campina Grande PB

## **ABSTRACT**

This study sought to investigate the perception of the tax auditors of the Federal Revenue of Brazil (RFB) and the accountants / teachers of the city of Campina Grande-PB regarding the quality of accounting information after adoption of IFRS \* in Brazil. The methodological option selected for the execution of the proposed objective was a survey, carried out in the form of the application of structured questionnaires for fiscal auditors and accounting professionals. For the elaboration of the questionnaire the following researches were used: Carvalho et al. (2012), Martins and Paulo (2013), Cruz et al. (2014), Espejo et al. (2010) and Martinez (2001). Among the main results, (71%) of tax auditors and accountants / teachers affirm that they are not able to make decisions regarding fair value. Fiscal auditors (43%) and accountants / teachers (57%) also agree that there is a conceptual limitation on the understanding, application and acceptance of IFRS. The survey data also showed that in the case of inventory understatement, tax auditors (71%) and accountants / teachers (57%) say



that it is a very recurrent practice. In addition (50%) of the interviewees denoted that IFRS required a higher degree of responsible subjectivism, not being a practice performed as it should be. Regarding results management, tax auditors (57%) and accountants / teachers (43%) agree that the high recognition of provisions is a recurring practice. In addition, accounting auditors (71%) and accountants / teachers (43%) say that disclosure of irregular financial transactions (loans) is a very recurrent practice among companies.

Keywords: Fiscal audit. International accounting standards. Public accounting. IRS

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; GRECCO, Marta Cristina Pelucio; FORMIGONI, Henrique; NETO, Octavio Ribeiro de Mendonça. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de Economia & Relações Internacionais**. Vol.10 (20), jan.2012.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. Colaboradores...São Paulo: Atlas, 2009.

CARVALHO, Esdras dos Santos; LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira; GRAZIELLA, Suenia; LIBONATI, Jeronymo José. **Normas internacionais de Contabilidade no Brasil: Uma análise das percepções dos auditores independentes**. RACEF, Ribeirão Preto, maio de 2014. Edição 09.2014;

CRUZ, V. L.; MORAIS, R. S.; MEIRELLES, J. M. S.; BARBOSA R. L. **Normas internacionais de contabilidade no Brasil: uma análise das percepções dos contadores da cidade de João Pessoa/PB**. In: CONVENÇÃO DOS CONTABILISTAS DE PERNAMBUCO, IX, 2014, Pernambuco.

ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci et al. **Uma abordagem institucional do subjetivismo responsável na adoção das normas internacionais de contabilidade: uma análise crítico-reflexiva sobre os inibidores à convergência no Brasil**. Estudos do ISCA, n. 2, 2010.

GARRISON, Ray H.; NOREEN, Eric W. **Contabilidade Gerencial**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 3ª edição, São Paulo: ed. 2002.

LEMES, Sirlei; CARVALHO, L. Nelson. **Contabilidade Internacional para Graduação: textos, estudos de casos e questões de múltipla escolha**. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Alexandrine Costa de Albuquerque; ALMEIDA, Suênia Graziella Oliveira de; LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira; MONTEIRO, José Augusto de Medeiros; LIMA, Lavoisiene Rodrigues de. **Adoção das IFRS no Brasil: um estudo empírico sobre a percepção dos auditores fiscais da Receita Federal**. In: CONGRESSO USP DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE, 10., 2013, São Paulo. Anais... USP, 2013.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003. P.311.

MARTINEZ, Antonio Lopo. **Gerenciamento dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras**. 2001. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

PADOVEZE, Clovis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho; LEITE, Joubert da Silva Jerônimo Leite. **Manual internacional de contabilidade IFRS :Us gaap – BR Gaap: Teoria e Prática**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

PAULO, Edilson. **Manipulação das informações contábeis: uma análise teórica e empírica sobre os modelos operacionais de detecção de gerenciamento de resultados**. 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

RAUPP, Fabiano Maury e BEUREN, Ilse Maria. Metodologia de pesquisa Aplicável às Ciências Sociais in **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. Teoria e Prática. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2003.

REINA, Dianne Rossi Maximiano; REINA, Donizete; SILVA, Freitas da. **Comparabilidade da informação contábil em empresas brasileiras após a adoção das IFRS**. UFSC, Florianópolis, v. 11, n. 23, p. 77-94 mai.ago 2014.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SALOTTI, Bruno Meireles; MURCIA, Fernando Dal-Ri; CRAVALHO, Nelson; FLORES, Eduardo. **IFRS no Brasil: temas avançados por meio de casos reais**. São Paulo: Atlas, 2015.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; NIYAMA, Jorge Katsumi. **Teoria da contabilidade**. São Paulo, Atlas, 2013.

SZÜSTER, Natan; SZÜSTER, Fortunée Rechtman; SZÜSTER, Flávia Rechtman. **Contabilidade: atuais desafios e alternativa para seu melhor desempenho**. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 16, n. 38, p. 20-30, 2005.

VIANA, Sabrina Carla Paes; SOUSA, Josevaldo Amaral de. **A internacionalização das normas contábeis e a sua relação com os profissionais da área contábil credenciados pelo CRC na cidade do Natal/RN**. CONNEXIO-ISSN 2236-8760, v. 2, n. 1, p. 65-78, 2012.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm)> Acesso em: 21/05/2018.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.941 de 27 de maio de 2009**. Publicada no DOU em 28 de maio de 2009. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm)> Acesso em: 21/05/2018.

### APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS AUDITORES

01.	<input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Masculino
02.	<input type="checkbox"/> 18 à 28 anos <input type="checkbox"/> 29 à 38 anos <input type="checkbox"/> 39 à 49 anos <input type="checkbox"/> Mais de 50
03.	<input type="checkbox"/> Curso-técnico. Qual? _____ <input type="checkbox"/> Graduação. Qual? _____ <input type="checkbox"/> Especialização ou MBA. Qual? _____ <input type="checkbox"/> Mestrado. Qual? _____ <input type="checkbox"/> Doutorado. Qual? _____
04.	<input type="checkbox"/> De 1 à 5 anos <input type="checkbox"/> De 6 à 10 anos <input type="checkbox"/> De 11 à 15 anos <input type="checkbox"/> Mais de 16 anos
05.	Afetou sua rotina de trabalho como profissional de auditoria? (CRUZ et al., 2014) <input type="checkbox"/> Discordo <input type="checkbox"/> Concordo <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Desconheço do assunto
06.	Estimulou sua motivação em atualizar-se como profissional? (CRUZ et al., 2014) <input type="checkbox"/> Discordo <input type="checkbox"/> Concordo <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Desconheço do assunto
07.	Exigiu maior grau de subjetivismo responsável (julgamento baseado no conhecimento) na execução da auditoria fiscal? (ESPEJO et al., 2010) <input type="checkbox"/> Discordo <input type="checkbox"/> Concordo <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Desconheço do assunto
08.	Houve aumento nas punições por não obediência as normas contábeis e/ou as orientações da RFB? <input type="checkbox"/> Discordo <input type="checkbox"/> Concordo <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Desconheço do assunto
09.	A demanda de trabalho influencia de forma negativa na qualidade do seu trabalho? <input type="checkbox"/> Discordo <input type="checkbox"/> Concordo <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Desconheço do assunto
10.	Com a adoção das IFRS percebe-se a melhoria da qualidade das informações contábeis das empresas auditadas? (MARTINS E PAULO, 2016); <input type="checkbox"/> Discordo <input type="checkbox"/> Concordo <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Desconheço do assunto
11.	Existe uma limitação conceitual no entendimento, aceitação e aplicação das IFRS? (CARVALHO, 2014); <input type="checkbox"/> Discordo <input type="checkbox"/> Concordo <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Desconheço do assunto
12.	As práticas contábeis estão obedecendo à primazia da essência econômica sobre a forma jurídica? (CARVALHO, 2014); <input type="checkbox"/> Discordo <input type="checkbox"/> Concordo <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Desconheço do assunto
13.	A especialização do profissional Auditor em determinado tipo de empresa pode proporcionar ganhos na qualidade do trabalho? (SILVA, 2012). <input type="checkbox"/> Discordo <input type="checkbox"/> Concordo <input type="checkbox"/> Parcialmente <input type="checkbox"/> Desconheço do assunto
14.	CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil- Financeiro <input type="checkbox"/> Não conheço <input type="checkbox"/> Conheço muito pouco <input type="checkbox"/> Conheço <input type="checkbox"/> Domino
15.	CPC 04 (R1) - Ativo Intangível <input type="checkbox"/> Não conheço <input type="checkbox"/> Conheço muito pouco <input type="checkbox"/> Conheço <input type="checkbox"/> Domino
16.	CPC 12 - Ajuste a Valor Presente <input type="checkbox"/> Não conheço <input type="checkbox"/> Conheço muito pouco <input type="checkbox"/> Conheço <input type="checkbox"/> Domino
17.	CPC 16 (R1) - Estoques <input type="checkbox"/> Não conheço <input type="checkbox"/> Conheço muito pouco <input type="checkbox"/> Conheço <input type="checkbox"/> Domino
18.	CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
19.	CPC 27 - Ativo Imobilizado <input type="checkbox"/> Não conheço <input type="checkbox"/> Conheço muito pouco <input type="checkbox"/> Conheço <input type="checkbox"/> Domino
20.	CPC 46 – Mensuração do Valor Justo <input type="checkbox"/> Não conheço <input type="checkbox"/> Conheço muito pouco <input type="checkbox"/> Conheço <input type="checkbox"/> Domino
21.	Reconhecimento muito elevado de provisões contábeis; <input type="checkbox"/> Não recorrente <input type="checkbox"/> Pouco recorrente <input type="checkbox"/> Recorrente <input type="checkbox"/> Muito recorrente
22.	Aceleração das despesas com depreciação contábil; <input type="checkbox"/> Não recorrente <input type="checkbox"/> Pouco recorrente <input type="checkbox"/> Recorrente <input type="checkbox"/> Muito recorrente

23.	Reconhecimento de receitas apenas quando da cobrança; ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente
24.	Receber e não efetuar a entrega do produto; ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente
25.	Antecipar (documentalmente) a data da realização das vendas; ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente
26.	Escrituração de vendas míticas; ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente
27.	Subavaliação de estoques; ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente
28.	Superavaliação de despesas; ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente
29.	Defraudação de faturas ou papéis contábeis; ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente
30.	Operações financeiras irregulares (empréstimos); ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente
31.	Evidenciação de pagamentos astuciosos ou enganosos; ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente

#### APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS CONTADORES/PROFESSORES

01.	( ) Feminino ( ) Masculino
02.	( ) 18 à 28 anos ( ) 29 à 38 anos ( ) 39 à 49 anos ( ) Mais de 50
03.	( ) Curso-técnico. Qual? _____ ( ) Graduação. Qual? _____ ( ) Especialização ou MBA. Qual? _____ ( ) Mestrado. Qual? _____ ( ) Doutorado. Qual? _____
04.	( ) De 1 à 5 anos ( ) De 6 à 10 anos ( ) De 11 à 15 anos ( ) Mais de 16 anos
05.	Afêtu sua rotina de trabalho como profissional de contabilidade? (CRUZ et al., 2014) ( ) Discordo ( ) Concordo ( ) Parcialmente ( ) Desconheço do assunto
06.	Estimulou sua motivação em atualizar-se como profissional? (CRUZ et al., 2014) ( ) Discordo ( ) Concordo ( ) Parcialmente ( ) Desconheço do assunto
07.	Exigiu maior grau de subjetivismo responsável (julgamento baseado no conhecimento) na execução da contabilidade? (ESPEJO et al., 2010) ( ) Discordo ( ) Concordo ( ) Parcialmente ( ) Desconheço do assunto
08.	Houve aumento nas punições por não obediência as normas contábeis e/ou as orientações da RFB? ( ) Discordo ( ) Concordo ( ) Parcialmente ( ) Desconheço do assunto
09.	A demanda de trabalho influencia de forma negativa na qualidade do seu trabalho? ( ) Discordo ( ) Concordo ( ) Parcialmente ( ) Desconheço do assunto
10.	Com a adoção das IFRS percebe-se a melhoria da qualidade das informações contábeis das empresas? (MARTINS E PAULO, 2016); ( ) Discordo ( ) Concordo ( ) Parcialmente ( ) Desconheço do assunto
11.	Existe uma limitação conceitual no entendimento, aceitação e aplicação das IFRS? (CARVALHO, 2014); ( ) Discordo ( ) Concordo ( ) Parcialmente ( ) Desconheço do assunto
12.	As práticas contábeis estão obedecendo à primazia da essência econômica sobre a forma jurídica? (CARVALHO, 2014); ( ) Discordo ( ) Concordo ( ) Parcialmente ( ) Desconheço do assunto
13.	A especialização do profissional Contador em determinado tipo de empresa pode proporcionar ganhos na qualidade do trabalho? (SILVA, 2012). ( ) Discordo ( ) Concordo ( ) Parcialmente ( ) Desconheço do assunto
14.	CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil- Financeiro ( ) Não conheço ( ) Conheço muito pouco ( ) Conheço ( ) Domino

15.	CPC 04 (R1) - Ativo Intangível ( ) Não conheço ( ) Conheço muito pouco ( ) Conheço ( ) Domino
16.	CPC 12 - Ajuste a Valor Presente ( ) Não conheço ( ) Conheço muito pouco ( ) Conheço ( ) Domino
17.	CPC 16 (R1) - Estoques ( ) Não conheço ( ) Conheço muito pouco ( ) Conheço ( ) Domino
18.	CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
19.	CPC 27 - Ativo Imobilizado ( ) Não conheço ( ) Conheço muito pouco ( ) Conheço ( ) Domino
20.	CPC 46 – Mensuração do Valor Justo ( ) Não conheço ( ) Conheço muito pouco ( ) Conheço ( ) Domino
21.	Reconhecimento muito elevado de provisões contábeis; ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente
22.	Aceleração das despesas com depreciação contábil; ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente
23.	Reconhecimento de receitas apenas quando da cobrança; ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente
24.	Receber e não efetuar a entrega do produto; ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente
25.	Antecipar (documentalmente) a data da realização das vendas; ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente
26.	Escrituração de vendas míticas; ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente
27.	Subavaliação de estoques; ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente
28.	Superavaliação de despesas; ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente
29.	Defraudação de faturas ou papéis contábeis; ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente
30.	Operações financeiras irregulares (empréstimos); ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente
31.	Evidenciação de pagamentos astuciosos ou enganosos; ( ) Não recorrente ( ) Pouco recorrente ( ) Recorrente ( ) Muito recorrente